

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS DA SAÚDE - CCBS  
DEPARTAMENTO DE TERAPIA OCUPACIONAL - DTO

LARISSA MASCARIN IANUCI

**FATORES QUE INFLUENCIAM A SAÚDE MENTAL DE MULHERES  
USUÁRIAS DE CENTROS DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (CAPS):  
UMA REVISÃO NARRATIVA**

SÃO CARLOS - SP  
2025

LARISSA MASCARIN IANUCI

FATORES QUE INFLUENCIAM A SAÚDE MENTAL DE MULHERES USUÁRIAS DE  
CENTROS DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (CAPS): UMA REVISÃO NARRATIVA

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Departamento de Terapia  
Ocupacional da Universidade Federal de  
São Carlos como requisito parcial para  
obtenção do título de bacharel em Terapia  
Ocupacional.

Orientadora: Prof. Dra. Giovana Garcia  
Morato

SÃO CARLOS - SP  
2025

## RESUMO

A compreensão da saúde mental das mulheres transcende as fronteiras tradicionais dos estudos de gênero, ampliando-se para uma abordagem que reconhece a complexidade das identidades femininas, identificando como fatores como classe social, raça, orientação sexual e outros muitos elementos interagem para moldar as experiências individuais. No contexto dos CAPS, a compreensão desses fatores é essencial para identificar os desafios específicos enfrentados por mulheres, que incluem não apenas aspectos clínicos, mas também dimensões sociais e de gênero que afetam sua saúde mental. Este Trabalho de Conclusão de Curso teve como objetivo investigar e compreender os fatores que influenciam a saúde mental das mulheres usuárias de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). Trata-se de uma Revisão Narrativa da Literatura, conduzida a partir de buscas realizadas nas bases de dados BVS, Scielo e Portal de Periódicos da CAPES a partir dos seguintes cruzamentos de descritores: “mulheres AND CAPS AND saúde mental”; “mulheres and CAPS and sofrimento psíquico” e “mulheres AND CAPS”. Ao final das buscas, processo de leitura e análise dos estudos, a revisão foi composta por 10 artigos, os quais foram organizados em três categorias para discussão, a saber: 1) Saúde Mental e Gênero; 2) Dependência de Substâncias Psicoativas e Vulnerabilidades Sociais; e 3) Impactos do Trabalho e Precarização na Saúde Mental. Os resultados destacaram que o sofrimento psíquico feminino está profundamente atrelado a desigualdades de gênero, violência, sobrecarga de papéis sociais e à persistência de estigmas e barreiras sociais. Constatou-se que a abordagem dos profissionais nos serviços CAPS deve ir além dos sintomas, reconhecendo as dimensões sociais e a intersecção de fatores como raça, classe e orientação sexual que acentuam a vulnerabilidade psicológica das usuárias. Conclui-se que a compreensão desses fatores é essencial para que as práticas nos CAPS se tornem mais sensíveis e inclusivas, questionando a lógica manicomial e os modelos deterministas, promovendo um suporte mais equitativo e efetivo às mulheres.

**Palavras-chave:** Mulheres, Sofrimento Psíquico, Saúde Mental, Centro de Atenção Psicossocial.

## ABSTRACT

The understanding of women's mental health transcends the traditional boundaries of gender studies, expanding into an approach that recognizes the complexity of female identities, identifying how factors such as social class, race, sexual orientation, and many other elements interact to shape individual experiences. In the context of CAPS (Psychosocial Care Centers), understanding these factors is essential to identify the specific challenges faced by women, which include not only clinical aspects but also social and gender dimensions that affect their mental health. This Course Conclusion Work aimed to investigate and understand the factors that influence the mental health of women users of Psychosocial Care Centers (CAPS). This is a Narrative Literature Review, conducted based on searches in the BVS, Scielo, and CAPES Periodicals Portal databases using the following descriptor combinations: "women AND CAPS AND mental health"; "women AND CAPS AND psychological distress" and "women AND CAPS". At the end of the searches, reading process, and analysis of the studies, the review was composed of 10 articles, which were organized into three categories for discussion, namely: 1) Mental Health and Gender; 2) Psychoactive Substance Dependence and Social Vulnerabilities; and 3) Impacts of Work and Precarization on Mental Health. The results highlighted that female psychological distress is deeply linked to gender inequalities, violence, overload of social roles, and the persistence of stigmas and social barriers. It was found that the professionals' approach in CAPS services must go beyond symptoms, recognizing the social dimensions and the intersection of factors such as race, class, and sexual orientation that accentuate the users' psychological vulnerability. It is concluded that understanding these factors is essential for CAPS practices to become more sensitive and inclusive, questioning the asylum logic and deterministic models, promoting more equitable and effective support for women.

**Keywords:** Women, Psychological Distress, Mental Health, Psychosocial Care Center.

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

Figura 1 - Fluxograma de Seleção dos Estudos.....	19
Figura 2 - Distribuição dos Artigos por ano de Publicação.....	26
Figura 3 - Distribuição dos Artigos por tipos de CAPS.....	27
Quadro 1 - Artigos selecionados para revisão.....	20

## **LISTA DE SIGLAS**

BVS - Biblioteca Virtual em Saúde

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CAPS - Centro de Atenção Psicossocial

CAPS AD - Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas

CAPS AD III - Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (Tipo III)

CAPS II - Centro de Atenção Psicossocial (Tipo II)

SCIELO - Scientific Electronic Library Online

SUS - Sistema Único de Saúde

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>7</b>
1.1 Contextualização.....	7
1.2 A Reforma Psiquiátrica e a Atenção Psicossocial.....	8
1.3 Gênero, estigma e saúde mental.....	10
1.4 A saúde mental feminina e seus atravessamentos.....	11
<b>2. JUSTIFICATIVA</b> .....	<b>14</b>
<b>3. OBJETIVO</b> .....	<b>15</b>
<b>4. PERCURSO METODOLÓGICO</b> .....	<b>15</b>
4.1 Procedimentos.....	16
4.2 Processo de seleção dos estudos e extração dos resultados.....	16
<b>5. RESULTADOS E DISCUSSÃO</b> .....	<b>25</b>
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>38</b>
<b>7. REFERÊNCIAS</b> .....	<b>40</b>

# 1. INTRODUÇÃO

## 1.1 Contextualização

A presente revisão tem como tema central de investigação os fatores que impactam a saúde mental das mulheres usuárias de Centros de Atenção Psicossocial, inscrita, portanto, no campo da Saúde mental e Atenção Psicossocial Brasileira e orientada por estudos feministas e interseccionais.

O debate sobre gênero, de acordo com Akotirene (2018), tem evoluído consideravelmente em relação aos primeiros ideais feministas difundidos, contudo, a compreensão das experiências femininas acerca dos demais aspectos que compõem a interseccionalidade, ainda carecem de uma análise profunda que leve em conta as múltiplas dimensões da identidade. A título de exemplo, uma manifestação significativa da opressão feminina se dá no âmbito do trabalho, através da disparidade salarial, onde as mulheres continuam a receber salários inferiores, mesmo quando desempenham funções idênticas ou semelhantes às dos homens (Abramo, 2006). Além disso, a violência de gênero persiste, abrangendo desde assédio sexual no trabalho até violência doméstica (Araújo, 2005).

O acesso desigual à educação também é uma barreira para a qualidade de vida feminina, limitando as oportunidades econômicas e profissionais das mulheres, bem como as questões relacionadas ao controle reprodutivo, como restrições ao acesso a serviços de saúde sexual e reprodutiva juntamente aos padrões de beleza não realistas, os quais também contribuem para a opressão, impactando a autonomia do corpo feminino (Araújo, 2005).

Esses estereótipos de gênero, construídos socialmente ao longo da história, desempenham um papel crucial, influenciando carreiras, relacionamentos e escolhas de vida. A sub-representação das mulheres em posições de liderança e na política reflete a persistência de estruturas de poder historicamente excludentes, fator que alimenta os princípios de patriarcado, sendo este um sistema político que molda a cultura e promove a dominação masculina (Akotirene, 2019).

Considerar simultaneamente categorias sociais como raça, classe e orientação sexual, reconhecendo que a opressão não é unidimensional, contribui para a compreensão de que as experiências vividas pelas mulheres são uma rede intrincada de sistemas de poder que impactam negativamente não apenas posições sociais, mas também sua saúde mental e projetos de vida (Santos; Diniz, 2018).

A compreensão da saúde mental das mulheres transcende as fronteiras tradicionais dos estudos de gênero, ampliando-se para uma abordagem interseccional que reconhece a complexidade das identidades femininas, identificando como fatores como classe social, raça, orientação sexual e outros muitos elementos interagem para moldar as experiências individuais (Santos; Akotirene, 2018).

## **1.2 Reforma Psiquiátrica e Atenção Psicossocial**

Para seguir na compreensão do tema da presente revisão, contextualizado no campo da Saúde mental e Atenção Psicossocial, importa destacar que a Reforma Psiquiátrica Brasileira foi (e ainda é) um movimento que buscou transformar o modelo tradicional de tratamento em saúde mental, predominantemente baseado em internações em hospitais psiquiátricos, para um enfoque mais humanizado, inclusivo e com ênfase na reinserção social de pessoas em sofrimento psíquico. Esse movimento ganhou força a partir da segunda metade do século XX e tem evoluído ao longo do tempo, variando em suas abordagens e estratégias em diferentes países. Visa oferecer um cuidado integral aos sujeitos, considerando não apenas os aspectos biológicos, mas também, e principalmente, os sociais, psicológicos e culturais das pessoas com sofrimento psíquico. O tratamento é centrado na pessoa, respeitando sua autonomia e dignidade. Desta forma, não se limita apenas ao tratamento de crises agudas, mas busca promover a prevenção de transtornos mentais e o fortalecimento da saúde mental como um todo (Hirdes, 2009).

Com o acontecer teórico e prático da Reforma Psiquiátrica, e consequente implementação do modelo de Atenção Psicossocial, houve a necessidade de criação de novos serviços de saúde mental que atendessem aos novos princípios e diretrizes estabelecidos por este movimento. Neste cenário, ocorreu a implementação dos chamados Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), (Leal; Antoni, 2013).

Os CAPS são unidades de saúde mental que integram a rede de serviços do Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil. São responsáveis por oferecer assistência a pessoas com transtornos mentais graves e persistentes, buscando promover sua reabilitação psicossocial e sua reinserção na sociedade (Brasil, 2004; Brasil, 2011).

O serviço funciona como um atendimento de atenção diária, com uma equipe multiprofissional que inclui psiquiatras, psicólogos, assistentes sociais, enfermeiros, terapeutas ocupacionais e outros profissionais da saúde mental. Essa equipe trabalha de forma integrada, visando atender às necessidades individuais de cada usuário do serviço (Brasil, 2004).

O trabalho desenvolvido é pautado pelo cuidado integral e humanizado, buscando compreender o usuário em sua totalidade, considerando não apenas os aspectos clínicos, mas também os sociais, culturais e familiares que possam influenciar em sua saúde mental (Leal; Antoni, 2013).

Entre as atividades oferecidas pelo CAPS estão o atendimento individual e em grupo, a realização de oficinas terapêuticas, o acompanhamento psiquiátrico, o apoio familiar e comunitário, entre outras ações que visam promover o bem-estar e a autonomia das pessoas atendidas (Brasil, 2004)

Além disso, o CAPS também atua de forma articulada com outros serviços da rede de saúde mental, como hospitais psiquiátricos, unidades básicas de saúde, Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD) e serviços de emergência psiquiátrica, garantindo uma atenção integral e integrada aos usuários do sistema (Leal; Antoni, 2013).

Em resumo, o CAPS funciona como um importante dispositivo de cuidado em saúde mental, que busca garantir o acesso universal e igualitário a tratamentos eficazes e de qualidade, promovendo a inclusão social e o respeito aos direitos das pessoas com transtornos mentais, em consonância com os pressupostos estabelecidos pela Reforma Psiquiátrica, a qual, segundo Passos e Fanon (2019), busca que as pessoas com transtornos mentais possam ser reintegradas à sociedade, incluindo o retorno ao convívio familiar e a participação em atividades laborais, deixando assim de lado o ideal de institucionalização, apesar de nem sempre conseguir atender a todos esses princípios.

Desta forma, pode-se notar uma ligação entre os princípios da reforma para com os estudos feministas interseccionais, de modo que, segundo Passos:

[...] quando articulados, trazem diversos pontos em comum. Ambos nos colocam frente à problemática da dominação burguesa e patriarcal sobre as mulheres, a partir da medicalização e institucionalização (2017, p. 27).

### 1.3 Gênero, Estigma e Saúde Mental

As expectativas sociais em torno dos papéis de gênero frequentemente perpetuam estigmas que podem ter implicações profundas na saúde mental dos grupos mais vulnerabilizados. A imposição de padrões inatingíveis de beleza, de comportamento e de desempenho contribuem para a manifestação de ansiedade, depressão e outras formas de sofrimento psíquico. Além disso, a persistência de desigualdades estruturais no âmbito profissional e doméstico contribuem para um ambiente propício ao adoecimento psíquico (Abramo, 2006).

A dinâmica do estigma de gênero – o qual refere-se aos estereótipos, preconceitos e discriminações associados aos papéis de gênero tradicionalmente atribuídos pela sociedade – associado à saúde mental representa uma faceta crítica desse fenômeno. Mulheres, por exemplo, são suscetíveis a serem rotuladas como "emocionais" ou "instáveis" ao expressarem suas emoções, enquanto os homens podem ser submetidos a pressões sociais que desencorajam a exposição de vulnerabilidades emocionais (Junior, 2010).

Para compreender os fatores que atravessam a saúde mental feminina, é imprescindível adotar uma perspectiva crítica de gênero. Neste trabalho, o gênero é entendido como uma construção social e cultural que atribui significados e papéis a indivíduos com base no sexo biológico, estabelecendo relações de poder. A clássica formulação de Simone de Beauvoir (1967) em *O Segundo Sexo* serve como ponto de partida, ao afirmar que “não se nasce mulher, torna-se mulher” (Beauvoir, 1967; p.9). Essa máxima desnaturaliza a feminilidade, posicionando a mulher não como uma essência biológica, mas como o “outro” em relação ao homem, definindo-a por sua negatividade e dependência social.

Contudo, para uma análise que contemple a diversidade do campo da saúde mental, é fundamental que o conceito de mulher vá além da cisgeneridade. A perspectiva de Berenice Bento (2006), que aborda as experiências de travestis e mulheres transexuais, é crucial ao criticar o sistema binário que patologiza as identidades que fogem da norma. Bento enfatiza que o gênero é como uma máquina de produção em série dos corpos e subjetividades binárias, que marginaliza e torna objetos os corpos que desestabilizam a ordem. Para essa população, a busca por reconhecimento social e a luta contra a patologização de suas identidades são centrais, acrescentando complexidade à análise do sofrimento psíquico e da vulnerabilidade social (Bento, 2006).

#### **1.4 A Saúde Mental Feminina e seus Atravessamentos**

Segundo Silva e Souza (2008) a relação entre mulher e loucura, ao longo da história, tem sido profundamente influenciada por contextos culturais, sociais e científicos. Durante a Idade Moderna, a medicina começou a associar problemas mentais femininos a características fisiológicas, como o ciclo menstrual, e essas associações, muitas vezes, reforçavam a ideia de que as mulheres eram intrinsecamente mais suscetíveis à loucura.

Essas perspectivas históricas refletem um padrão de estigmatização e controle social das mulheres, frequentemente justificando suas condições de saúde mental através de preconceitos relacionados ao gênero, classe e raça. A análise desses aspectos evidencia como as práticas de saúde mental e as concepções de loucura foram moldadas por normas culturais e sociais, muitas vezes desconsiderando as complexidades individuais e sociais das mulheres (Silva; Souza, 2008).

Os autores discutem a evolução das políticas de saúde mental e o impacto sobre as mulheres, tanto na sua função de cuidadoras quanto quando elas mesmas necessitam de cuidados psiquiátricos afirmando que, após a Segunda Guerra Mundial, houve uma mudança significativa nas práticas de saúde mental, com a desinstitucionalização e a promoção da reaproximação entre pacientes e suas famílias (Silva; Souza, 2008). Essa mudança reconheceu a importância da família tanto para o tratamento do paciente quanto para o cuidado dos familiares (Cesarino, 1989; Melman, 2002 *apud* Silva; Souza, 2008).

Quando a mulher adoece mentalmente, a estrutura familiar é profundamente afetada, de modo que as mulheres são frequentemente responsáveis por tarefas domésticas e pelo cuidado dos filhos, de modo que enfrentam desafios específicos relacionados à maternidade, suporte social e questões relacionadas (Kohen, 2001 *apud* Silva; Souza, 2008).

A literatura tem evidenciado que, embora homens e mulheres possam ter acesso semelhante aos serviços de saúde mental, as mulheres enfrentam estigmas e desafios adicionais, como a pressão para manter funções domésticas e cuidar dos filhos, o que pode agravar sua situação (Cavalcante; Silva, 2011).

De acordo com Ballarin *et al* (2008), as mulheres com transtornos mentais enfrentam um conjunto complexo de desafios relacionados a estigmas de gênero e saúde mental, frequentemente resultando em exclusão social e preconceito.

Historicamente, movimentos sociais como o feminista e a Reforma Psiquiátrica desempenharam papéis cruciais na promoção de avanços nas políticas no Brasil, contudo, apesar desses avanços, as necessidades específicas das mulheres continuam sendo uma área negligenciada. As questões associadas à saúde mental durante a gravidez, no pós e pré-natal, e a custódia dos filhos são frequentemente desconsideradas, indicando a necessidade urgente de desenvolver uma abordagem de cuidado mais inclusiva e específica para essas mulheres (Kohen, 2001 *apud* Ballarin *et al*, 2008).

O estudo realizado por Cavalcante e Silva (2011) aborda o sofrimento psíquico de mulheres em condições sociais vulneráveis, destacando a relevância de fatores psicossociais na saúde mental. As participantes da pesquisa enfrentam desafios como desemprego, baixa escolaridade, dificuldades familiares, consumo de álcool, ideação ou tentativa de suicídio, divórcio e sanções penais, o que contribui significativamente para seu sofrimento psíquico. Os resultados destacaram que essas mulheres não compreendem nem aceitam plenamente suas dores psíquicas, muitas vezes recorrendo a explicações místicas ou divididas entre abordagens médicas e religiosas. As situações de sofrimento são amplas, incluindo problemas de desigualdade social, desagregação familiar, violência doméstica e abandono; juntamente a dificuldades relacionadas à sexualidade, que é frequentemente percebida como obrigação, desprazer ou até mesmo dor (Cavalcante; Silva, 2011).

Levando em conta os amplos fatores que podem ocasionar sofrimento nas mulheres, o estudo de Silva e Garcia (2019) aborda a intersecção entre gênero, raça e saúde mental, discutindo o tratamento de mulheres negras em instituições psiquiátricas no Brasil. Através da análise de prontuários de diversas pacientes, o texto ilustra como as mulheres com as quais foi feito esse contato, sendo estas institucionalizadas desde muito cedo, foram sujeitas a uma trajetória marcada pela negação de autonomia, pela ausência de acesso à educação formal e pela imposição de papéis domésticos como única forma de inserção social. As autoras destacam como os diagnósticos de doenças mentais em mulheres, muitas vezes, foram baseados em processos biológicos como menstruação e maternidade, reforçando papéis sociais esperados.

Hooks (1995) contribui para a compreensão a respeito de como as mulheres negras foram historicamente objetificadas e exploradas, sendo estas vinculadas a uma ideia de erotismo primitivo, fator que busca justificar a violência sexual contra elas. A autora também discute o preconceito contra mulheres negras que buscam atividades individuais como leitura e escrita, frequentemente sendo desencorajadas a se afastarem desta atividade e focar nos afazeres domésticos.

Por fim, ao incorporar à discussão as diversas questões que gravitam em torno da saúde mental feminina, é possível compreender como diferentes aspectos convergem para influenciar as experiências em saúde mental. Mulheres pertencentes a grupos minoritários, muitas vezes, enfrentam formas agravadas de discriminação e têm maior probabilidade de sofrer com a falta de acesso a serviços de saúde adequados. Segundo Zanello e Silva (2012), a interseccionalidade revela as disparidades sistêmicas que acentuam a vulnerabilidade psicológica, tornando essencial um enfoque holístico na abordagem dessas questões, juntamente à constantes análises a respeito de como estas estão sendo abordadas dentro dos serviços de saúde no Brasil. A falta de acesso a serviços de saúde mental adequados e o estigma associado aos transtornos mentais também são fatores que podem impactar negativamente esse público alvo.

O estudo de Diemer e Cavagnoli (2022), cujo objetivo foi identificar as práticas desenvolvidas dentro dos CAPS juntamente das relações destas com os conceitos de gênero, classe e diagnóstico, evidenciou que um dos aspectos que contribuem para o sofrimento psíquico das mulheres acompanhadas neste serviço é a sobrecarga de papéis sociais. Muitas mulheres enfrentam a pressão de conciliar múltiplos papéis, como o de cuidadora da família, trabalhadora e responsável pelo lar, fator que em muitos casos ocasiona estresse e ansiedade. Como exemplo, os autores ressaltam que os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), muitas vezes, não potencializam seus usuários, mas os enclausuram, tornando-os passivos e não reflexivos a partir do momento em que elaboram suas práticas de cuidado pautadas nos papéis de gênero socialmente atribuídos. Isso está diretamente relacionado à normalização do gênero idealizado, que reforça padrões de comportamento masculino e feminino sem questionar suas implicações. Os autores também destacam que a lógica manicomial também persiste, com os profissionais tendo dificuldades em se desidentificar com o sentido reducionista do diagnóstico, mantendo a lógica de aprisionamento dentro do próprio espaço. O estudo defende a

necessidade de colocar a doença mental entre parênteses, para que seja possível olhar para o sujeito e sua história, visando ampliar a análise e trazer para a prática o cuidado de observar aspectos dinâmicos, além de questionar modelos deterministas de gênero, classe e diagnóstico (Diemer; Cavagnoli, 2022).

O estudo realizado por Rosa e Campos (2012), ao mapear a produção acadêmica sobre saúde mental e suas interfaces com gênero e etnia, concluiu, dentre outros aspectos, duas tendências predominantes: a epidemiológica, na qual observam-se diferenças na distribuição de transtornos mentais entre homens e mulheres, e a sociológica, que examina o impacto do gênero na saúde mental. Dentro desta perspectiva, o estudo apresenta variáveis que contribuem para a compreensão dos aspectos que corroboram para o adoecimento mental. Saraceno (1994) classifica as variáveis que afetam a evolução dos transtornos mentais em "fortes" e "sombra". As variáveis fortes incluem diagnóstico, idade e recursos individuais, já as variáveis sombra abrangem aspectos sociais, como a condição de solidão ou o nível de informação do paciente. Desta forma, as autoras concluem que a intervenção em saúde mental deve ir além dos sintomas e medicamentos, abrangendo as dimensões sociais da vida, reconhecendo que as dimensões étnicas e de gênero podem transformar a identidade estigmatizada do sujeito em sofrimento psíquico em uma mais inclusiva, democratizando o acesso e a permanência nos serviços de saúde (Rosa; Campos, 2012).

## **2. JUSTIFICATIVA**

O presente trabalho tem como objetivo investigar e compreender os fatores que influenciam a saúde mental das mulheres usuárias dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), de modo que esta é frequentemente moldada por uma complexa interação de fatores culturais, sociais e históricos, que podem impactar significativamente a forma como essas mulheres vivenciam e enfrentam seus sofrimentos.

No contexto dos CAPS, a compreensão desses fatores é essencial para identificar os desafios específicos enfrentados por mulheres, que incluem não apenas aspectos clínicos, mas também dimensões sociais e de gênero que afetam sua saúde mental. Além disso, compreender como isso se apresenta no contexto dos CAPS possibilitará uma aproximação e questionamentos acerca das práticas

realizadas atualmente e a afirmação sobre a importância de que tais práticas sejam mais sensíveis às necessidades das mulheres, podendo contribuir para a criação de estratégias de cuidado mais inclusivas e adequadas, promovendo um suporte mais efetivo e equitativo para as usuárias desses serviços.

### **3. OBJETIVO**

Investigar e compreender os fatores que influenciam a saúde mental das mulheres usuárias de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS).

### **4. PERCURSO METODOLÓGICO**

No presente estudo, buscou-se compreender e responder ao questionamento proposto por meio de uma revisão narrativa da literatura, também conhecida como revisão da literatura tradicional. Este tipo de estudo é caracterizado por sua abordagem abrangente, que facilita a análise das contribuições teóricas e a identificação de áreas que precisam de mais investigação, envolvendo a organização, categorização e síntese de obras relevantes já existentes sobre o tema, com o objetivo de entender a evolução do campo, as disposições teóricas e as tendências e lacunas na literatura sobre o assunto em questão (Rother, 2007).

Desta forma, as etapas que foram seguidas na presente revisão consistiram em:

1. Escolha do tema: Na presente revisão, a temática abordada são os “Fatores que influenciam a saúde mental de mulheres usuárias de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS)”.
2. Busca na literatura: A pesquisa/busca foi realizada nas seguintes bases de dados: BVS (Portal Regional da Biblioteca Virtual em Saúde), Scielo (Scientific Electronic Library Online) e Portal da Capes (Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior).
3. Seleção de fontes (coleta de dados): Foram utilizados os termos de busca “mulheres”; “CAPS”; “saúde mental” e “sofrimento psíquico”, em distintas combinações de forma que foram selecionados, inicialmente, aqueles artigos que continham esses termos no título e/ou resumo e/ou palavras-chave.

4. Leitura transversal (análise): Os artigos selecionados na etapa anterior foram lidos na íntegra, sendo mantidos aqueles que atenderam aos critérios de inclusão e objetivos da presente revisão. Além disso, foram categorizados a fim de possibilitar a compreensão abrangente do objeto investigado.
5. Redação: Na etapa de redação, os resultados da análise foram organizados de forma clara e estruturada, uma vez que a revisão deve ser escrita de modo a integrar as informações coletadas.
6. Referências: Estruturação e listagem completa e correta de todas as referências utilizadas no processo de revisão.

#### **4.1. Procedimentos**

Na presente revisão, foram seguidas as seis etapas anteriormente descritas.

Uma vez definido o tema, bem como os termos de busca (“mulheres”; “CAPS”; “saúde mental” e “sofrimento psíquico”) e bases de dados a serem consultadas (BVS, Scielo e Portal de Periódicos da CAPES), procedeu-se com a busca, efetivamente, seguindo os critérios de inclusão estabelecidos, a saber:

- artigos em português, disponíveis online e com acesso gratuito, disponíveis na íntegra e que abordassem os fatores que influenciam a saúde mental das mulheres usuárias de CAPS.

A fim de assegurar o rigor metodológico, importa destacar que, Inicialmente, as buscas nas bases selecionadas foram realizadas utilizando a barra de pesquisa online em cada uma delas, inserindo os termos “Sofrimento Psíquico”, “Saúde Mental de Mulheres” e “CAPS”. No entanto, constatou-se que essa abordagem, bem como os termos de busca inicialmente escolhidos, resultava em poucos resultados, levantando dúvidas sobre a eficácia dessa estratégia de combinação. Assim, a partir dessa constatação, foram adotados os termos “mulheres”; “CAPS”, “saúde mental” e “sofrimento psíquico”, os quais foram combinados de maneiras distintas a fim de obter uma melhor abrangência dos estudos disponíveis.

#### **4.2 Processo de seleção dos estudos e extração dos resultados**

O procedimento inicial consistiu na utilização de três bases de dados científicas - BVS, SCIELO e o Portal da CAPES - com o objetivo de buscar e

selecionar artigos que atendessem ao objetivo da presente revisão, a partir dos termos de busca eleitos - mulheres, sofrimento psíquico, CAPS (Centros de Atenção Psicossocial) e saúde mental.

O processo de busca dos artigos em cada base foi realizado utilizando-se filtros específicos, tais como como idioma (somente artigos em português) e a necessidade de conter o texto completo. O procedimento foi organizado em cruzamentos de descritores em cada uma das bases, como descrito a seguir.

#### 1. *Coleta de Dados na Base BVS:*

Na BVS, foram realizados três cruzamentos de descritores, e os resultados obtidos foram os seguintes:

- *Cruzamento 1: mulheres AND CAPS AND saúde mental*  
Resultaram em 76 artigos. Após análise, 69 foram excluídos pois não atendiam aos objetivos desta pesquisa, resultando em 7 artigos selecionados.
- *Cruzamento 2: mulheres AND CAPS AND sofrimento psíquico*  
Resultaram em 10 artigos. Após a seleção, 7 foram excluídos pois não atendiam aos objetivos desta pesquisa, 2 foram excluídos pois estavam repetidos do cruzamento anterior, resultando em 1 artigo foi selecionado.
- *Cruzamento 3: mulheres AND CAPS*  
Resultaram em 93 artigos. Após a seleção, 87 foram excluídos pois não atendiam aos objetivos desta pesquisa, 6 foram excluídos pois estavam repetidos do cruzamento anterior, resultando em 0 artigos selecionados.

#### 2. *Coleta de Dados na Base SCIELO:*

Na SCIELO, também foram realizados três cruzamentos, e os resultados foram:

- *Cruzamento 1: mulheres AND CAPS AND saúde mental*  
Resultaram em 10 artigos. Após análise, 7 foram excluídos pois não atendiam aos objetivos desta pesquisa, 2 foram excluídos pois estavam repetidos da base de dados BVS, resultando em 1 artigo foi selecionado.
- *Cruzamento 2: mulheres AND CAPS AND sofrimento psíquico*  
Resultou em 1 artigo, no qual estava repetido da base de dados BVS, resultando em 0 artigos selecionados.
- *Cruzamento 3: mulheres AND CAPS*  
Resultaram em 12 artigos. Após análise, 9 foram excluídos pois não atendiam

aos objetivos desta pesquisa, 3 artigos foram excluídos devido à repetição dos mesmos da BVS e do cruzamento anterior, resultando em 0 artigos selecionados.

### 3. Coleta de Dados no Portal da CAPES:

No Portal da CAPES, foram feitos mais três cruzamentos, com os seguintes resultados:

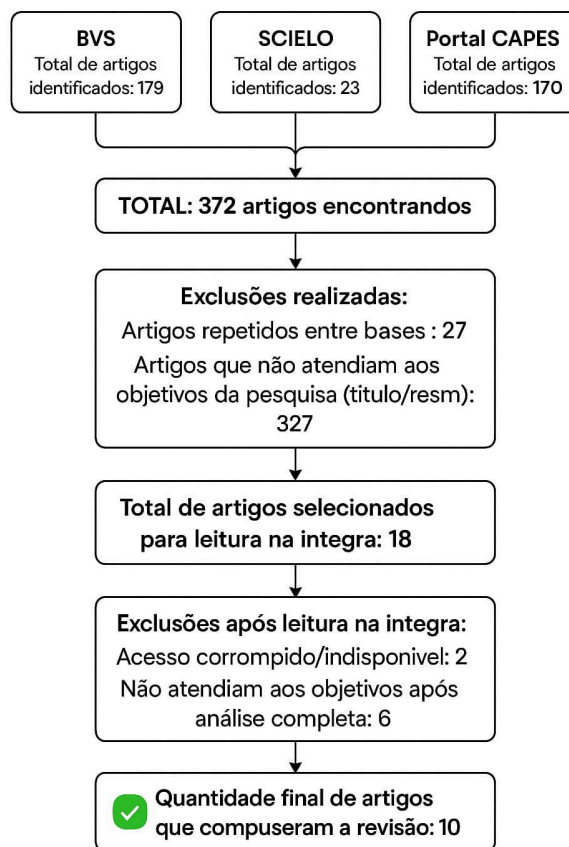
- *Cruzamento 1: mulheres AND CAPS AND saúde mental*  
Resultaram em 54 artigos. Após análise, 44 foram excluídos pois não atendiam aos objetivos desta pesquisa, 2 foram excluídos pois estavam repetidos da BVS e SCIELO, resultando em 8 artigos selecionados.
- *Cruzamento 2: mulheres AND CAPS AND sofrimento psíquico*  
Resultaram em 6 artigos. Após análise, 4 foram excluídos pois não atendiam aos objetivos desta pesquisa, 2 foram excluídos pois estavam repetidos do cruzamento anterior, resultando em 0 artigos selecionados.
- *Cruzamento 3: mulheres AND CAPS*  
Resultaram em 110 artigos. Após análise, 97 foram excluídos pois não atendiam aos objetivos desta pesquisa, 12 foram excluídos pois estavam repetidos das bases de dados BVS e Scielo e também dos cruzamentos anteriores, resultando em 1 artigo selecionado.

Após a finalização das buscas em cada uma das bases de dados (BVS, SCIELO e Portal da CAPES), ao todo 18 artigos foram selecionados. Contudo, desses 18, 2 artigos foram excluídos em função de estarem com acesso corrompido e/ou sem disponibilidade de acesso na íntegra, resultando em 16 artigos selecionados.

Após a leitura na íntegra e análise desses 16 artigos, mais 6 artigos foram descartados, pois não atendiam aos objetivos deste trabalho, resultando em 10 artigos que compuseram a revisão. O Fluxograma a seguir ilustra esse processo.

### **FIGURA 1 - Fluxograma de seleção dos estudos**

## Fluxograma de seleção dos estudos



Fonte: elaborada pela autora

Destaca-se que, para gerenciar a etapa de leitura dos 10 artigos, foi criada uma tabela de registro em formato Excel, a partir do objetivo da revisão, para documentar a consulta de cada artigo em cada base, extraindo informações como ano, título, autores, a base na qual o estudo foi encontrado e a localização do termo de busca. Além disso, questões chave na tabela de registro foram criadas a fim garantir a extração de dados dos artigos que respondessem aos objetivos estabelecidos na presente pesquisa.

Cada um dos 10 artigos selecionados foi lido na íntegra, na ordem em que se encontravam dispostos na tabela de resultados, e utilizando a tabela de registro construída como roteiro, sendo preenchida conforme a leitura de cada artigo. Após a leitura de todos os artigos, houve uma revisão dos dados incluídos na tabela de registro, concluindo que todas as informações estavam corretas.

Dessa forma, os resultados finais consistiram em 10 artigos selecionados, como vem ilustrado no QUADRO 1 a seguir.

**QUADRO 1 - Artigos selecionados para revisão**

Número do Artigo	Ano	Nome do periódico	Título	Autores	Objetivo	Link de acesso
1.	2021	Revista do NESME, Volume 18, Número 2	Grupo de mulheres: um lugar de escuta clínica para mulheres em um centro de atenção psicossocial	Cintia Regina de Oliveira Macedo e Vaniele Silva Souza	O artigo tem como objetivo compartilhar a experiência de um Grupo Psicoterapêutico de Mulheres, trabalho de psicoterapia grupal realizado em um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS).	<a href="https://doi.org/10.32467/issn.19982-1492v18nesp.p544-564">https://doi.org/10.32467/issn.19982-1492v18nesp.p544-564</a>
2.	2021	Physis: Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, volume 31(2)	Violência contra a mulher e adoecimento mental: Percepções e práticas de	Júlia Magna da Silva Teixeira e Sabrina Pereira Paiva.	O estudo objetivou compreender as percepções e práticas de profissionais de um Centro de Atenção Psicossocial	<a href="https://doi.org/10.1590/S0103-73312021310214">https://doi.org/10.1590/S0103-73312021310214</a>

			profissionais de saúde em um Centro de Atenção Psicossocial		(CAPS) diante da violência contra a mulher, através de entrevistas semi-estruturadas com profissionais de diferentes áreas.	
3.	2017	Estudos de Psicologia, volume 22, número 1, referente ao período de janeiro a março de 2017.	Saúde mental e gênero: O perfil sociodemográfico de pacientes em um centro de atenção psicossocial	Ioneide de Oliveira Campos, Walter Massa Ramalho e Valeska Zanello	O estudo teve como objetivo caracterizar, comparar e analisar o perfil sociodemográfico entre mulheres e homens de um CAPS II, com base na perspectiva de gênero.	<a href="https://doi.org/10.22491/1678-4669.20170008">https://doi.org/10.22491/1678-4669.20170008</a>
4.	2015	Fractal: Revista de Psicologia, Volume 27, Número 3,	Saúde mental e gênero: facetas gendradas	Valeska Zanello, Gabriela Fiuza e Humberto	O trabalho teve como escopo investigar o modo como	<a href="https://doi.org/10.1590/1984-0292/1483">https://doi.org/10.1590/1984-0292/1483</a>

		páginas 238-246	do sofrimento psíquico	Soares Costa	se dava a participação dos usuários de um Centro de Atenção Psicossocial em Brasília.	
5.	2009	Ciência & Saúde Coletiva, Volume 14, Número 4, páginas	Articular saúde mental e relações de gênero: dar voz aos sujeitos silenciado s	Anna Maria Corbi Caldas dos Santos	A proposta deste estudo é explorar, numa perspectiva sociológica, a experiência do adoecer psíquico de mulheres e homens a partir da abordagem de gênero.	<a href="https://doi.org/10.1590/S1413-8123200900040002">https://doi.org/10.1590/S1413-8123200900040002</a> <u>3</u>
6.	2019	PSI UNISC, Santa Cruz do Sul, v. 3, n. 2, jul./dez.	A (In)Visibili dade de Mulheres Usuárias de Álcool e Outras Drogas em um CAPS AD III.	Carina Ferreira dos Santos e Moises Romanini.	O objetivo deste artigo consiste em compreender a (in)visibilidad e de mulheres que frequentam o Grupo Feminino no	<a href="https://doi.org/10.17058/psiunisc.v3i2.12972">https://doi.org/10.17058/psiunisc.v3i2.12972</a>

					Centro de Atenção Psicossocial de Álcool e outras Drogas (CAPS AD III) de um município do interior do Rio Grande do Sul.	
7.	2023	New Trends in Qualitative Research, Volume 18.	Trabalho, violência e saúde mental: um estudo qualitativo com mulheres.	Ioneide de Oliveira Campos, Yasmim Bezerra Magalhães e Silvia Badim Marques.	O presente estudo objetivou compreender as vivências laborais de mulheres vítimas de violência atendidas em um serviço de saúde mental.	<a href="https://doi.org/10.36367/ntqr.18.2023.e876">https://doi.org/10.36367/ntqr.18.2023.e876</a>
8.	2023	Revista Katálysis, Florianópolis, volume 26, número 1, páginas 43-53,	“Questão social”, divisão sexual do trabalho e saúde mental na	Rachel Araujo de Matos e Cynthia Studart Albuquerque.	O objetivo deste trabalho foi analisar as repercussões do acirramento	<a href="https://doi.org/10.1590/1982-0259.2023.e88287">https://doi.org/10.1590/1982-0259.2023.e88287</a>

		janeiro/abril.	pandemia.		da “questão social” e da divisão sexual do trabalho na saúde mental das mulheres no contexto de pandemia (Covid-19) no município de Aracati-CE.	
9.	2020	VI Simpósio Gênero e Políticas Públicas	Saúde Mental, Comunicação e Gênero: Oficinas Educativas e Atenção Psicossocial	Camila Viviane Lide Sousa	O foco desse artigo foi apresentar os resultados da ação de extensão ‘Saúde Mental, Comunicação e Gênero: Oficinas Educativas e Atenção Psicossocial’, realizada no Centro de Atenção Psicossocial de Foz de Iguaçu.	<a href="https://doi.org/10.5433/SGPP.2020v6.p754">https://doi.org/10.5433/SGPP.2020v6.p754</a>

10.	2020	Archives of Health, Curitiba, v.1, n.5, p. 364-386, set./out. 2020.	Desenhos que revelam o processo de adoecimento de mulheres usuárias de um CAPS-ad III.	Ana Cláudia Afonso Valladares Torres e Victória Helen Ribeiro Lima.	O objetivo deste artigo foi conhecer o processo de adoecimento, por meio do desenho “ <i>Metáfora da chuva</i> ” sob a ótica de mulheres dependentes de substâncias psicoativas que estavam em proposta terapêutica no CAPS-ad.	<a href="https://doi.org/10.46919/archv1n5-020">https://doi.org/10.46919/archv1n5-020</a>
-----	------	---	--	---	---	---

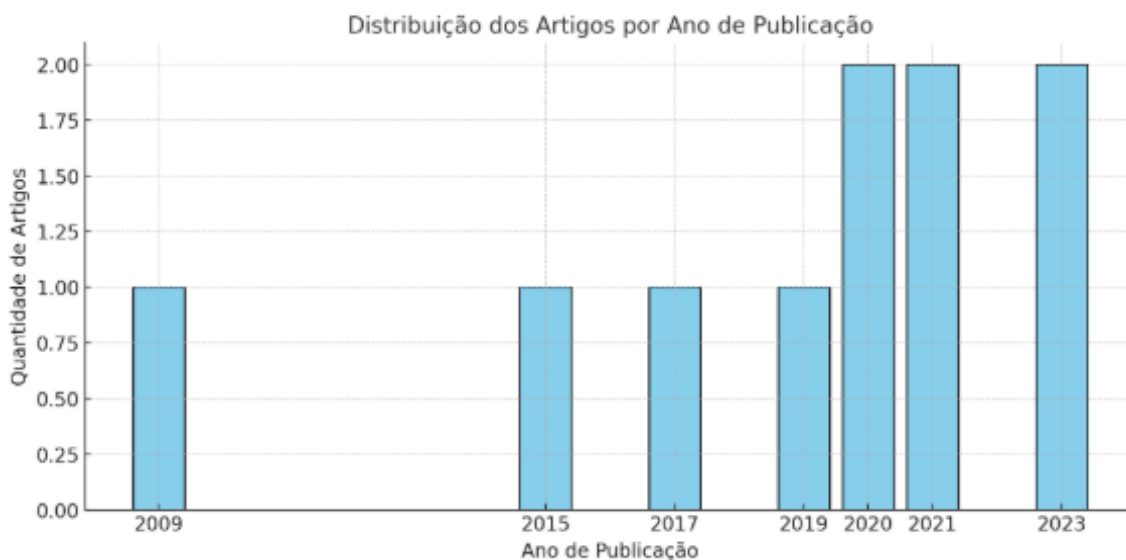
Fonte: elaborada pela autora.

## 5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em relação aos anos de publicação dos artigos selecionados, destaca-se que os períodos com maior concentração de artigos encontrados foram 2023, 2021 e 2020, com dois estudos cada. Nessas publicações, os temas centrais incluíram as relações entre saúde mental e gênero, o impacto da pandemia de Covid-19 na saúde mental de mulheres, juntamente a abordagens terapêuticas inovadoras realizadas nos CAPS, reunindo estratégias de intervenção em grupo. Em anos anteriores, como 2019, 2017, 2015 e 2009, a quantidade encontrada de artigos foi

menor, com um artigo em cada período, mas ainda cobrindo questões relevantes, como perfis sociodemográficos e o impacto das políticas públicas na saúde mental.

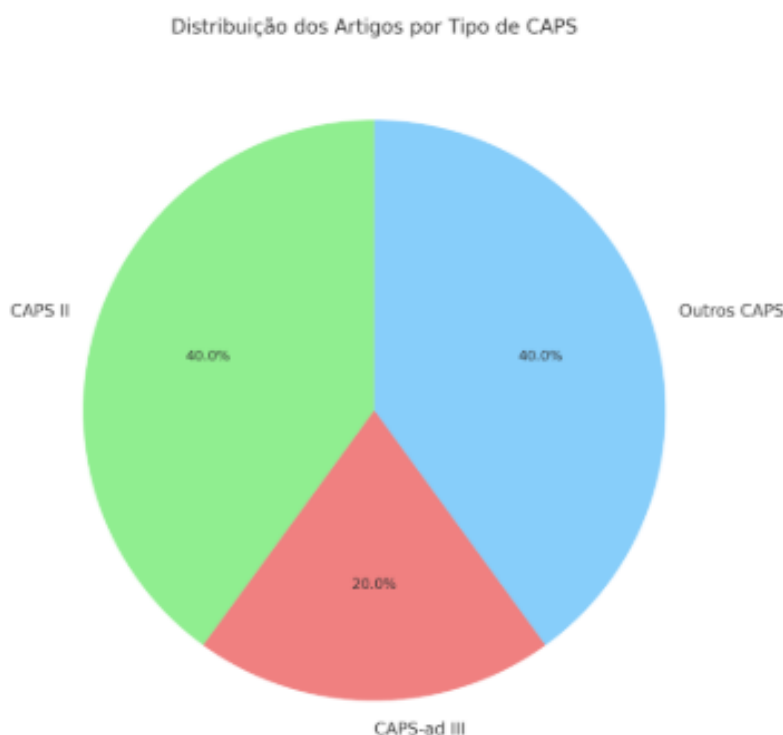
**FIGURA 2 - Distribuição dos artigos por ano de publicação**



Fonte: elaborada pela autora.

Em relação aos campos de estudo, percebe-se uma distribuição equilibrada: 4 artigos referem-se a CAPS II, destacando-se os trabalhos sobre grupos terapêuticos e as dinâmicas de gênero identificadas nesses contextos. Outros 2 textos concentram-se em CAPS-ad III, com ênfase em mulheres usuárias de álcool e outras drogas, abordando suas vulnerabilidades sociais e estratégias de tratamento. Os 4 artigos restantes correspondem a CAPS não especificados, com foco em temas abrangentes como violência, desigualdade de gênero e saúde mental, de modo que essa distribuição reflete um equilíbrio entre estudos específicos e discussões amplas no âmbito da atenção psicossocial quando relacionados às questões de gênero atreladas à saúde mental.

**FIGURA 3 - Distribuição dos artigos por tipo de CAPS**



Fonte: elaborada pela autora.

A partir da leitura na íntegra e análise detalhada dos 10 artigos selecionados de acordo com a utilização da tabela de registro e extração de dados, organizou-se a distribuição dos achados em três categorias, as quais reuniram temáticas pertinentes identificadas nos estudos e que respondiam aos objetivos da presente revisão.

O processo de análise e organização do material selecionado seguiu o pressuposto da revisão narrativa. Este processo envolveu a identificação de temas centrais em comum recorrentes nos achados, a agregação de conteúdos com similaridade conceitual e, por fim, a nomeação das categorias finais, que visam apresentar os principais fatores que influenciam a saúde mental das mulheres no contexto do CAPS.

A primeira categoria inclui artigos que abordam em seu principal foco as questões de Saúde Mental relacionadas ao gênero, destacando como as desigualdades e os papéis sociais impactam o bem-estar psíquico das mulheres.

A segunda categoria reúne trabalhos que exploram a dependência das mulheres à Substâncias Psicoativas devido à questões de vulnerabilidade social,

investigando os desafios enfrentados por mulheres em situações de exclusão e estigmatização.

Já a terceira categoria foca nos impactos do trabalho e sua precarização na Saúde Mental, analisando os efeitos das condições laborais adversas e da desigualdade no mercado de trabalho sobre a saúde mental feminina.

### *Categoria 1 - Saúde Mental e Gênero*

A título de esclarecimento e posicionamento ético e político, importa salientar que os artigos incluídos nesta revisão, ao abordar o termo “mulher” e os “atravessamentos de gênero”, o fazem a partir da lente da mulher cisgênero (mulheres cujo sexo biológico e identidade de gênero estão alinhados). A literatura revisada não realiza a diferenciação explícita entre mulheres cis e mulheres trans ou travestis, ou não inclui estudos focados nessas especificidades. Portanto, as reflexões e considerações feitas nesta categoria aplicam-se predominantemente aos achados relacionados às mulheres cisgênero, enquanto a ausência de estudos sobre mulheres trans e travestis é um ponto que necessita ser discutido, evidenciando uma fragilidade na presente revisão, mas também um ponto questionável e de limite na literatura investigada.

Os seis artigos incluídos nesta categoria - listados abaixo - abordam os impactos das desigualdades de gênero na saúde mental de mulheres atendidas em Centros de Atenção Psicossocial (CAPS).

O artigo de Macedo e Souza (2021), intitulado "*Grupo de Mulheres: Um Lugar de Escuta Clínica para Mulheres em um CAPS*", apresenta o relato de um grupo terapêutico que ofereceu espaço para mulheres compartilharem vivências relacionadas a perdas, violências e pressões sociais. A ressignificação dessas experiências foi um dos principais resultados terapêuticos, embora as dificuldades institucionais e sociais tenham limitado avanços significativos. Nesse estudo, os papéis rígidos impostos às mulheres e o impacto das histórias de sofrimento emergem como um recorte essencial para compreender o adoecimento feminino, de modo que essas experiências de perda, sensação de fracasso e isolamento psíquico marcaram as participantes, influenciando no processo de ressignificação de suas histórias e a construção de novos vínculos. Apesar de momentos de desestruturação e recaídas frequentes, o grupo proporcionou um espaço terapêutico para a escuta, o

acolhimento e a troca de vivências, de modo que o processo também trouxe reflexões sobre os desafios de manter a prática clínica diante das adversidades institucionais e sociais, destacando a importância de dar voz às participantes e sustentar espaços de elaboração coletiva, mesmo em contextos difíceis.

Complementando essa discussão, o estudo de Teixeira e Paiva (2021), publicado na revista *Physis*, explora a percepção de profissionais de saúde mental sobre mulheres vítimas de violência. O artigo conclui que, mesmo cientes da relação entre violência de gênero e saúde mental, os profissionais frequentemente limitam suas abordagens à gestão dos sintomas, negligenciando o trauma vivenciado pelas mulheres. Essa prática reflete a dificuldade de articular intervenções integradas e a falta de capacitação em políticas públicas específicas. Além disso, o estudo aponta que a culpabilização das mulheres por suas situações de violência ainda está presente em narrativas profissionais, o que contribui para uma percepção reducionista e estigmatizante dos casos. Apesar de algumas ações de acolhimento e encaminhamento serem realizadas, há uma predominância de práticas individualistas e curativas, com pouca consideração por intervenções estruturais ou coletivas - ressaltando um distanciamento significativo entre as percepções dos profissionais e as práticas efetivamente realizadas no atendimento a mulheres vítimas de violência.

Por sua vez, Campos, Ramalho e Zanello (2017) analisam o perfil sociodemográfico de homens e mulheres atendidos em um CAPS e concluem que, embora as mulheres busquem mais frequentemente esses serviços, suas experiências de sofrimento estão ligadas a desigualdades estruturais, como violência doméstica, maternidade e responsabilidades familiares. Para os homens, destaca-se a exclusão social associada à negação de seus sofrimentos, reforçando estigmas culturais. Em relação às mulheres, os fatores destacados incluem escolaridade limitada, precariedade laboral, condições conjugais conflituosas, responsabilidades excessivas no cuidado de familiares e violências sofridas (principalmente psicológicas e físicas). Além disso, o artigo aponta desigualdades estruturais em termos de acesso e oportunidades que impactam a qualidade de vida e contribuem para o sofrimento psíquico, sobretudo entre mulheres. Nesse estudo, a maternidade foi frequentemente associada a crises emocionais e transtornos mentais nas mulheres, enquanto nos homens os fatores destacados foram relacionados a transtornos psicóticos graves, como esquizofrenia - evidenciando que

a maior demanda feminina pelos serviços de saúde mental é reflexo tanto das desigualdades de gênero quanto do processo de psiquiatrização das experiências femininas de sofrimento.

Outro artigo que contribui para essa perspectiva é o de Zanello, Fiuza e Costa (2015), que investiga os estereótipos de gênero associados ao adoecimento psíquico. As mulheres relataram uma sobrecarga de papéis ligados à maternidade, casamento e trabalho doméstico, enquanto os homens expressaram sofrimento associado à imposição de masculinidades hegemônicas. Essa dicotomia evidencia como as normas culturais impactam diferentemente os gêneros no âmbito da saúde mental. As mulheres relataram desafios como invisibilização do sofrimento, adoecimento ligado à pressão estética (como a magreza), além de vivências de violência física e sexual que frequentemente marcavam suas histórias. Para os homens, o sofrimento estava relacionado à impossibilidade de cumprir os papéis de provedor, expresso por ideais de força, desempenho sexual e sucesso econômico. A dificuldade em sustentar esses padrões gerava tensões, culpa e sensação de fracasso. O estudo revelou que o sofrimento psíquico é fortemente influenciado por estereótipos de gênero, os quais moldam como homens e mulheres experimentam e expressam seus adoecimentos.

Caldas dos Santos (2009) em *"Articular Saúde Mental e Relações de Gênero"*, reforça que prescrições de gênero moldam o adoecimento psíquico de homens e mulheres. Mulheres continuam a carregar o peso de papéis sociais, mesmo durante o adoecimento, enquanto os homens enfrentam exclusão e estigma associados à perda do status de provedor. Essa invisibilização do sofrimento, sobretudo feminino, reduz a eficácia das intervenções em saúde mental. A autora enfatiza que o sofrimento psíquico feminino está intrinsecamente ligado à violência e às normas sociais repressoras que afetam a sexualidade e os papéis tradicionais. Mulheres são frequentemente cuidadoras, mesmo quando estão adoecidas, e sua saúde mental é vista sob uma perspectiva reducionista e biologizante. No caso dos homens, o adoecimento é percebido como fracasso social e está associado à perda de status nos papéis tradicionais de provedor e à exclusão do espaço público, o que dificulta sua reinserção social e a reconstrução de sua identidade. Os resultados revelam que o sofrimento psíquico é moldado por prescrições de gênero, defendendo que uma abordagem de saúde mental deve incorporar a perspectiva

das relações sociais de gênero, rompendo com visões reducionistas e propondo estratégias de cuidado que considerem as especificidades dessas vivências.

Por fim, Sousa (2020) relata intervenções com mulheres em um CAPS II utilizando oficinas terapêuticas, explorando temas como violência doméstica, dupla jornada e objetificação do corpo. O estudo destaca a relevância de abordagens educativas e inclusivas, que promovam a autonomia feminina e a conscientização sobre a opressão de gênero. Dessa forma, os principais fatores relacionados ao adoecimento mental das participantes foram identificados como corpo e pressões estéticas, trabalho feminino e duplas jornadas, sobrecarga no cuidado familiar e violência de gênero, incluindo relações abusivas; evidenciando de maneira direta como esses fatores estão diretamente associados ao sofrimento psíquico feminino, especialmente em contextos de desigualdades de gênero e vulnerabilidades sociais. Os resultados indicaram que as oficinas terapêuticas criaram um espaço de acolhimento e reflexão, permitindo às mulheres compartilharem experiências e repensarem suas vivências em relação ao gênero e à saúde mental. Observou-se uma maior conscientização sobre os impactos da sobrecarga de trabalho, pressões estéticas e violência no adoecimento mental, destacando a relevância de ações que considerem as relações de gênero como elemento central no cuidado em saúde mental.

De acordo com os resultados oriundos dos estudos reunidos na Categoria 1, sugere-se que a saúde mental das mulheres usuárias dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) pode ser influenciada por uma multiplicidade de fatores que atravessam suas trajetórias de vida, em especial aqueles relacionados a desigualdades de gênero, violência estrutural e exclusão social. Para além das manifestações clínicas, essas mulheres vivenciam formas de sofrimento psíquico que se articulam com contextos de vulnerabilidade social, precarização das relações e silenciamento institucional. Investigar esses fatores permite lançar luz sobre os limites e potências do cuidado ofertado nesses serviços, evidenciando a importância de práticas que valorizem o reconhecimento das singularidades femininas no contexto da atenção psicossocial.

Ao buscar contribuições acerca desta temática na literatura, o estudo de Souza, Cugler e Figueiredo (2021), realizado em um CAPS especializado em álcool e outras drogas, evidencia que as trajetórias das mulheres em sofrimento psíquico estão, em sua maioria, permeadas por experiências de violência doméstica, rupturas

afetivas, exclusão social e sobrecarga com o cuidado dos filhos. As autoras destacam que tais elementos não apenas contribuem para o desencadeamento do sofrimento, mas também influenciam diretamente a forma como essas mulheres compreendem e vivenciam o cuidado em saúde mental. O uso de substâncias, por exemplo, surge não como uma simples questão de dependência, mas como estratégia de enfrentamento diante de contextos afetivos e sociais adoecedores.

Já a pesquisa de Araújo (2020), de caráter quantitativo, reforça este panorama ao analisar prontuários de mulheres atendidas em um CAPS III na Paraíba. Os dados revelam alta prevalência de transtornos psicóticos (75%) e esquizotípicos (43%), além do uso significativo de benzodiazepínicos (81%), o que indica uma tendência à medicalização do sofrimento. Além disso, os prontuários evidenciaram histórias marcadas por perdas familiares, abandono afetivo e episódios de violência (28,5%). Esses achados apontam para um processo de adoecimento relacionado não apenas a questões intrapsíquicas, mas, sobretudo, às condições materiais e relacionais de vida dessas mulheres, reforçando a necessidade de atenção às suas trajetórias para a compreensão dos fatores que impactam sua saúde mental.

Complementando essa análise, o trabalho de Pierry et al. (2021), ao investigar a percepção a respeito do processo de adoecimento de mulheres usuárias de um CAPS-AD no Rio Grande do Sul, revela como o próprio ambiente institucional pode influenciar negativamente a saúde mental das usuárias, ao reproduzir dinâmicas de silenciamento e exclusão; juntamente à Diemer e Cavagnoli (2022), que nos evidencia como as práticas institucionais nos CAPS ainda reproduzem desigualdades estruturais e atreladas à perspectiva da interseccionalidade - de modo que o sofrimento psíquico das mulheres é atravessado não apenas pelo diagnóstico psiquiátrico, mas também por marcadores de gênero e classe social que configuram experiências de exclusão, estigmatização e silenciamento dentro da própria instituição.

Por sua vez, Campos, Ramalho e Zanello (2017) associam que a maior presença de mulheres nos serviços de saúde mental está ligada a uma psiquiatrização das experiências de sofrimento feminino, frequentemente relacionadas à maternidade, à precariedade econômica e à violência doméstica. Do mesmo modo, Zanello, Fiuza e Costa (2015) demonstram como os estereótipos de gênero moldam o modo como mulheres vivenciam e expressam o adoecimento,

sendo vistas como frágeis, instáveis ou emotivas — o que também foi observado na análise institucional feita por Diemer e Cavagnoli (2022), quando as usuárias eram orientadas a "se comportarem como mulheres", em função das normas de gênero internalizadas pela equipe.

### *Categoria 2 - Dependência de Substâncias Psicoativas e Vulnerabilidades Sociais*

Os dois artigos incluídos nesta categoria - listados abaixo - analisam a relação entre a dependência química de mulheres e suas vulnerabilidades emocionais e sociais, incluindo violência doméstica e precariedade econômica. Ambos reforçam a importância de repensar práticas terapêuticas para incluir os atravessamentos sociais que permeiam o sofrimento psíquico de mulheres usuárias de substâncias psicoativas.

Essa relação entre a dependência química e a vulnerabilidade social foi aprofundada por Santos e Romanini (2019), em seu estudo realizado com mulheres atendidas em um CAPS AD III. O artigo aponta como as normas culturais estigmatizam mulheres usuárias de álcool e drogas, dificultando o acesso e o acolhimento nos serviços de saúde pública, destacando como contribuintes ao processo de adoecimento fatores como a estigmatização social, culpabilização feminina, papéis de gênero socialmente impostos, o contexto familiar como fator de suporte e vulnerabilidade, experiências de violência, utilização do álcool e outras drogas como formas de lidar com adversidades, questões relacionadas ao tratamento e invisibilidade no sistema de saúde pública. Os autores também refletem sobre a naturalização dos papéis tradicionais de gênero que relegam as mulheres à posição de cuidadoras, comprometendo sua saúde mental e dificultando o acesso aos serviços. Discute também a maneira como o CAPS, por vezes, reproduz esses estigmas através de abordagens normatizadoras ou biologizantes - reforçando a necessidade de uma abordagem mais holística, que compreenda as subjetividades dessas mulheres e promova o reconhecimento dos fatores sociais e culturais que permeiam suas vidas. As redes de apoio, como família, amigos e o grupo terapêutico, foram confirmadas como pontos de proteção. Contudo, o texto afirma a necessidade de uma reestruturação nas práticas de cuidado em saúde mental para incluir discussões de gênero, valorizar as singularidades femininas e desconstruir práticas assistencialistas que perpetuam a invisibilidade.

Torres e Lima (2020), por outro lado, identificaram fatores como problemas psicológicos, relacionamentos familiares conflituosos, fatores socioculturais, violências domésticas conturbadas, aspectos biológicos e físicos e dificuldades relacionadas ao trabalho como algumas das causas que levam à dependência de substâncias, incluindo vulnerabilidades emocionais, sociais e familiares. Os autores analisam os impactos do abuso de substâncias sobre diferentes dimensões da vida das mulheres, como saúde mental, relacionamentos e estabilidade econômica, e identifica as estratégias utilizadas pelas participantes para lidar com a dependência, enfatizando a dificuldade de manejo em contextos de alta vulnerabilidade. Como estratégia de intervenção, utilizaram de produções artísticas como ferramenta exploratória para compreender o adoecimento psíquico associado à dependência química. O uso da técnica projetiva favoreceu a reflexão sobre o processo de adoecimento, promovendo o diálogo e auxiliando na compreensão da trajetória de vida das participantes. Os resultados sugerem que intervenções terapêuticas criativas e individualizadas podem facilitar a reabilitação e o protagonismo das mulheres no tratamento.

Ao analisar as contribuições presentes na literatura acerca dessa temática, observa-se um alinhamento consistente na compreensão da dependência de substâncias psicoativas entre mulheres como um fenômeno que extrapola a dimensão biomédica e se enraíza em vulnerabilidades sociais, emocionais e estruturais. Esses trabalhos revelam como o sofrimento psíquico feminino vinculado ao uso de substâncias deve ser compreendido a partir de uma abordagem interseccional que articule gênero, raça e classe (Azevedo; Gomes, 2023).

De acordo com as contribuições a respeito desta temática presentes na literatura, Pinto (2024) evidencia que as dinâmicas conjugais e afetivas têm papel fundamental no adoecimento dessas mulheres, de modo que essas relações marcadas por dependência emocional, violência ou desequilíbrio de poder influenciam tanto o consumo de substâncias quanto a intensificação do sofrimento psíquico, contribuindo para o desencadeamento e agravamento destes quadros.

De forma convergente, Piuchi, Barleta e Real (2020) apontam que a violência de gênero, em suas múltiplas manifestações é um fator preponderante que agrava a saúde mental das mulheres usuárias de drogas. A vivência constante de violência, sobretudo entre mulheres negras e em situação de baixa escolaridade, atua como um estressor crônico, favorecendo a perpetuação do uso de substâncias como

forma de enfrentamento e, ao mesmo tempo, intensificando sintomas relacionados à ansiedade e depressão.

Silva (2017), por sua vez, destaca ainda que as condições socioeconômicas precárias, como pobreza, desemprego e exclusão social, configuram um contexto que exacerba os quadros de sofrimento psíquico dessas mulheres. Esse ciclo de vulnerabilidades gerado pela precariedade material, associado ao isolamento social e à falta de redes de apoio, cria um ambiente propício para o agravamento da dependência química e o desenvolvimento de transtornos mentais severos, como depressão, transtornos de ansiedade e outros traumas complexos.

Adicionalmente, Ferreira e Silva (2019) reforçam que a exposição a múltiplas formas de violência, ao estigma social e as desigualdades de gênero e raça se apresenta como um fator estrutural e determinante acerca do adoecimento mental das mulheres usuárias de substâncias. Estes elementos contribuem para a intensificação do sofrimento psíquico, frequentemente manifestado por sintomas de desamparo, baixa autoestima, transtornos de humor e comportamentos autodestrutivos.

### *Categoria 3 - Impactos do Trabalho e da Precarização na Saúde Mental*

Os dois artigos que compõem essa categoria - listados abaixo - discutem como a divisão sexual do trabalho, as condições precárias e a sobrecarga afetam a saúde mental feminina.

Campos, Magalhães e Marques (2023) exploraram como mulheres vítimas de violência vivenciam o mercado de trabalho, destacando a informalidade, os baixos salários e a sobrecarga emocional como fatores críticos de adoecimento. Além disso, destacam-se diferentes formas de violência enfrentadas pelas mulheres, incluindo violência sexual, doméstica e moral, as quais impactam profundamente suas vidas pessoais e profissionais. As participantes também relataram barreiras significativas para a realização de seus projetos pessoais e profissionais, frequentemente decorrentes das desigualdades de gênero e das múltiplas demandas impostas. Outro fator relevante é o estigma associado à saúde mental, que prejudica diretamente a empregabilidade e reforça dinâmicas de exclusão no ambiente de trabalho. Por fim, a sobrecarga dos papéis sociais atribuídos às mulheres e a desvalorização econômica das atividades desempenhadas intensificam

as dificuldades enfrentadas por elas, agravando os desafios já existentes. Muitas participantes enfrentaram barreiras de reintegração e relataram experiências de assédio e exclusão, destacando o trabalho como fonte de sofrimento, enquanto outras relataram este como uma oportunidade de empoderamento e construção de autonomia financeira. O estudo conclui sobre a importância de estratégias no âmbito da atenção psicossocial para promover o enfrentamento das iniquidades e oferecer suporte efetivo às mulheres em contextos de vulnerabilidade.

Matos e Albuquerque (2023), por sua vez, analisaram os efeitos da pandemia de Covid-19 na saúde mental das mulheres em Aracati-CE. As participantes relataram uma intensificação da divisão sexual do trabalho, com amplificação das responsabilidades domésticas e aumento da violência doméstica. Esses fatores evidenciam como crises sociais agravam desigualdades estruturais e intensificam o sofrimento psíquico feminino. O texto destaca como a pandemia ampliou vulnerabilidades previamente existentes, evidenciando a sobrecarga de trabalho doméstico e cuidados não remunerados atribuídos às mulheres. Discute a intensificação do sofrimento psíquico devido à violência doméstica, a precarização das condições de vida e o aumento do desemprego, mostrando como essas experiências se conectam ao acirramento de desigualdades estruturais de gênero e raça ressaltando que as condições socioeconômicas agravadas durante o isolamento social intensificaram a precarização das vidas das mulheres, especialmente das mais pobres e negras. Os autores concluem apontando sobre a importância de políticas públicas integradas e serviços que promovam um cuidado eficaz diante de situações adversas como esta diante do enfrentamento das desigualdades de gênero.

A partir da análise dos artigos de Campos, Magalhães e Marques (2023) e Matos e Albuquerque (2023), evidencia-se na literatura que a saúde mental das mulheres trabalhadoras é profundamente impactada por estruturas históricas e sociais que moldam o trabalho a partir de uma divisão sexual e de gênero. Barros (2008) destaca como a cidadania feminina foi construída de maneira excludente, privando as mulheres, por séculos, do acesso a direitos políticos, civis e sociais em pé de igualdade com os homens. Essa exclusão histórica reverbera até os dias atuais, materializando-se em formas diversas de desigualdade no mundo do trabalho, como a segregação profissional, a dupla jornada, a disparidade salarial e a invisibilidade das atividades reprodutivas e de cuidado.

Tais fatores estruturais são aprofundados no estudo de Campos, Magalhães e Marques (2023), que apontam a precarização, a sobrecarga emocional, os baixos salários e a violência de gênero como elementos que não apenas violam direitos trabalhistas, mas também desencadeiam sofrimento psíquico intenso nas mulheres. Além da sobrecarga e da informalidade, o estigma relacionado à saúde mental torna-se um obstáculo adicional à inserção e permanência no mercado de trabalho, criando um ciclo de exclusão, insegurança e adoecimento.

O estudo de Soares (2022), desenvolvido com mulheres atendidas por um CAPS no Distrito Federal, contribui para essa discussão revelando que a intensificação da carga de trabalho doméstico e de cuidado durante a pandemia da COVID-19 teve impacto direto sobre o sofrimento psíquico dessas usuárias. Muitas delas relataram sentimentos de exaustão extrema, irritabilidade, tristeza profunda e dificuldade para dormir ou se concentrar. Essas manifestações não estavam apenas relacionadas ao medo da doença, mas principalmente à sobreposição de tarefas e à ausência de redes de apoio, em um contexto onde as demandas do cuidado recaíam exclusivamente sobre elas.

Santos, Navarro e Elias (2023) também discutem e destacam como os efeitos da precarização do trabalho, embora estudados a partir dos profissionais dos CAPS, repercutem também diretamente na experiência das usuárias. A rotatividade de trabalhadores, a sobrecarga de equipes e a instabilidade institucional contribuem para a ruptura de vínculos terapêuticos e para o sentimento de abandono e insegurança emocional entre as mulheres em acompanhamento. Ainda que o foco da pesquisa esteja nos trabalhadores, os dados revelam que o ambiente de cuidado fragilizado se transforma também em mais um espaço de angústia e frustração, especialmente para mulheres que já convivem com a pressão cotidiana de conciliar sustento, cuidado familiar e tratamento em saúde mental.

O acúmulo dessas pressões reforça o que Barros (2008) já advertia: as políticas públicas voltadas à equidade de gênero devem ser pensadas não apenas para garantir o acesso formal ao trabalho, mas para assegurar igualdade de condições, promovendo saúde, dignidade e bem-estar, tratando-se de uma questão política, social e econômica. A sobreposição de trabalhos invisíveis, o peso do cuidado familiar, a precariedade econômica e a vulnerabilidade dentro do próprio ambiente institucional são elementos que se interligam e afetam diretamente a saúde mental dessas mulheres. Investigar esses atravessamentos permite

compreender que o sofrimento psíquico feminino está frequentemente associado ao modo como o trabalho é socialmente distribuído e valorizado.

Ademais, ao ampliar a reflexão para outras experiências de mulheres que se encontram à margem do acesso pleno ao trabalho, evidencia-se que esse cenário de desigualdades não se restringe apenas às mulheres cisgênero. A realidade das mulheres trans e travestis expressa de forma ainda mais contundente a articulação entre precarização laboral, estigma e sofrimento psíquico. A dissertação de Pereira (2024) demonstra que essas mulheres enfrentam barreiras estruturais para acessar o trabalho formal, mesmo quando possuem qualificação, devido à transfobia institucional, à negação de direitos básicos e ao estigma relacionado tanto à identidade de gênero quanto ao sofrimento psíquico. Segundo a autora, a exclusão do mercado formal, associada à violência simbólica e material vivenciada por essa população, intensifica a vulnerabilidade social, ampliando riscos como pobreza extrema, violência e ruptura de vínculos sociais e subjetivos (Pereira, 2024). Tal contexto evidencia que, quando gênero, saúde mental e identidade cruzam com estruturas sociais históricas de desigualdade, o trabalho pode deixar de ser um direito e tornar-se mais uma barreira de sobrevivência e reconhecimento.

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A articulação das temáticas propostas pelos artigos que compuseram a presente revisão evidencia como as dinâmicas de gênero, trabalho e vulnerabilidades sociais impactam de forma significativa a saúde mental das mulheres. Apesar das especificidades contextuais de cada estudo analisado, todas as categorias elencadas — saúde mental e gênero, dependência de substâncias psicoativas e vulnerabilidades sociais, bem como os impactos da precarização do trabalho — convergem para uma constatação comum: a necessidade urgente de práticas de cuidado mais sensíveis, acolhedoras e políticas públicas integradas que enfrentem as desigualdades estruturais que atravessam a vida dessas mulheres.

A organização das categorias apresentadas torna visível a complexa teia de fatores que permeia o sofrimento psíquico feminino, evidenciando que ele não pode ser tratado de maneira isolada, limitada ao modelo biomédico. As experiências das mulheres nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) são marcadas por atravessamentos históricos e sociais que incluem a violência de gênero, o racismo, a

pobreza, a sobrecarga de funções atribuídas socialmente e a responsabilização pelo cuidado com os outros — elementos que, quando ignorados pelas práticas institucionais, reforçam processos de exclusão, silenciamento e revitimização.

Ao mesmo tempo em que os CAPS representam um avanço significativo no paradigma do cuidado em saúde mental, alinhando-se à Reforma Psiquiátrica e seus princípios de desinstitucionalização e atenção psicossocial, observa-se, por meio dos dados analisados, que muitos desses espaços ainda reproduzem lógicas excludentes e estigmatizantes, especialmente quando não consideram as particularidades de gênero, raça e classe. O risco da padronização dos cuidados, da medicalização excessiva e da reprodução de papéis tradicionais nos atendimentos torna-se uma barreira à construção de um cuidado verdadeiramente emancipador.

Dessa forma, este estudo reforça a importância de incorporar uma perspectiva interseccional às práticas em saúde mental. Isso implica não apenas reconhecer os fatores que influenciam a saúde mental das mulheres assistidas, mas agir sobre os múltiplos fatores sociais que moldam o sofrimento psíquico destas, transformando os espaços de cuidado em locais de escuta ativa, construção coletiva, protagonismo e resistência.

A partir dos estudos analisados, aponta-se para a importância de que os profissionais da saúde mental estejam preparados para identificar os sinais de sofrimento relacionados às desigualdades de gênero, compreender o contexto em que estas mulheres estão inseridas e intervir de forma crítica, ética e comprometida com a transformação social. A formação continuada das equipes, o incentivo a práticas grupais reflexivas e o fortalecimento de redes de apoio comunitárias são caminhos possíveis para alcançar uma atenção mais justa e eficaz.

Também é importante reconhecer as limitações deste estudo, destacando a lacuna de trabalhos na literatura revisada que abordem as especificidades de mulheres para além da cisgeneridade no contexto dos CAPS, limitando a aplicabilidade de algumas considerações exclusivamente às mulheres cisgênero.

Como indicações para trabalhos futuros, sugere-se a realização de estudos primários que investiguem a saúde mental e a inclusão social para além de mulheres cis usuárias de CAPS, tendo em vista também o preparo das equipes multiprofissionais para lidar com a diversidade de identidades de gênero e a complexa interseção de vulnerabilidades que atravessam essas usuárias, visando a construção de um cuidado integral.

## 7. REFERÊNCIAS

- ABRAMO, L. Desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 58, n. 4, p. 40–41, out. 2006.
- AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 152 p.
- AKOTIRENE, C. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- ARAÚJO, M. de F. Diferença e Igualdade nas Relações de Gênero: Revisitando o Debate. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 41–52, 2005.
- ARAÚJO, P. H. C. **Fatores relacionados aos transtornos mentais em mulheres**. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Enfermagem) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020.
- AZEVEDO, U. C.; GOMES, D. D. de O. A influência dos determinantes sociais na vida de mulheres negras no Centro de Atenção Psicossocial do tipo álcool e outras drogas em Caucaia, Ceará. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 32, n. 2, p. e220263pt, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902023220263pt>. Acesso em: 2 abr. 2025.
- BALANTA-COBO, P. et al. Direitos humanos e sociais e terapia ocupacional: a necessidade de uma perspectiva pela interseccionalidade. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, São Carlos, v. 30, e30202203, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2526-8910.ctoED302022031>.
- BALLARIN, M. L. G. S.; FERIGATO, S. H.; DE CARVALHO, F. B. Serviços de atenção à saúde mental: reflexões sobre os desafios da atenção integral à saúde da mulher. **O Mundo da Saúde**, São Paulo, v. 32, n. 4, p. 511-518, out. 2008.
- BARROS, A. M. Cidadania, Relações de Gênero e Relações de Trabalho. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, v. 47, n. 77, p. 67-83, jan./jun. 2008.
- BEAUVOIR, Simone. O segundo sexo: a experiência vivida. **2. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967**.
- BENTO, Berenice. A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual. **São Paulo: Editora UFMG, 2006**.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Saúde mental no SUS: os centros de atenção psicossocial**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.
- BRASIL. **Portaria Nº 336, de 19 de fevereiro de 2002**. [Dispõe sobre os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS)]. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2002/prt0336\\_19\\_02\\_2002.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2002/prt0336_19_02_2002.html).

BRASIL. **Portaria Nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011.** [Institui a Rede de Atenção Psicossocial]. Disponível em:  
[https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088\\_23\\_12\\_2011\\_rep.html](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html).

CAMPOS, I. de O.; MAGALHÃES, Y. B.; MARQUES, S. B. Trabalho, violência e saúde mental: um estudo qualitativo com mulheres. **New Trends in Qualitative Research**, Aveiro, v. 18, p. e876, 2023. Disponível em:  
<https://doi.org/10.36367/ntqr.18.2023.e876>. Acesso em: 2 abr. 2025.

CAMPOS, I. de O.; RAMALHO, W. M.; ZANELLO, V. Saúde mental e gênero: o perfil sociodemográfico de pacientes em um centro de atenção psicossocial. **Estudos de Psicologia (Natal)**, Natal, v. 22, n. 1, p. 68-77, mar. 2017. Disponível em:  
<https://doi.org/10.22491/1678-4669.20170008>. Acesso em: 2 abr. 2025.

CAVALCANTE, A. C.; SILVA, R. M. Experiências psíquicas de mulheres frequentadoras da rede pública de saúde em Teresina (PI, Brasil). **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 4, p. 2211-2220, 2011. DOI: 10.1590/S1413-81232011000400020.

COLLINS, P. H. **Fighting words: Black Women and the search for justice.** Minneapolis: University of Minnesota Press, 1998.

CRENSHAW, K. **Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero.** Los Angeles: University of California, 2002.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe.** São Paulo: Boitempo, 2016.

DIEMER, A. S. Q.; CAVAGNOLI, M. Interseccionalidade entre Gênero, Classe e Diagnóstico: Práticas de Atenção à Saúde Mental no CAPS. **Revista Grifos – Unochapecó**, Chapecó, v. 31, n. 55, 2022.

DINIZ, G. R. S.; SANTOS, L. S. Saúde mental de mulheres donas de casa: um olhar feminista-fenomenológico-existencial. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, p. 47-62, 2018.

FERREIRA, M. A. S.; SILVA, T. R. Mulheres, uso de substâncias e cuidado em Centros de Atenção Psicossocial: desafios e perspectivas. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 3, p. 1–9, 2019. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/csp/a/qF7sXQLTYVDfpDhWBmn9jfw>. Acesso em: 18 jun. 2025.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HIRDES, A. A reforma psiquiátrica no Brasil: uma (re) visão. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 285-295, jan. 2009. Disponível em:  
<https://doi.org/10.1590/S1413-81232009000100036>. Acesso em: 13 dez. 2023.

JÚNIOR, F. M. da C. **Concepções de Médicos/as e Enfermeiros/as sobre as Questões de Gênero na Saúde.** 2010. Dissertação (Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, São Paulo, 2010.

LEAL, B. M.; ANTONI, C. Os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS): estruturação, interdisciplinaridade e intersectorialidade. **Aletheia**, Canoas, n. 40, p. 71-86, abr. 2013

LEITÃO, C. **A Entrevista como Instrumento de Pesquisa Científica: Planejamento, Execução e Análise**. São Paulo: [s. n.], 2012.

MACEDO, C. R. de O.; SOUZA, V. S. Grupo de mulheres: um lugar de escuta clínica para mulheres em um centro de atenção psicossocial. **Vínculo - Revista do NESME**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 1-12, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.32467/issn.19982-1492v18nesp.p544-564>. Acesso em: 2 abr. 2025.

MATOS, R. A.; ALBUQUERQUE, C. S. “Questão social”, divisão sexual do trabalho e saúde mental na pandemia. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 26, n. 1, p. e88287, jan./abr. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2023.e88287>. Acesso em: 2 abr. 2025.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

PASSOS, R. G.; PEREIRA, M. O. Luta Antimanicomial e Feminismos: gênero e discussões de raça e classe para a reforma psiquiátrica. Rio de Janeiro: Editora Autografia, 2017.

PASSOS, R. G.; PEREIRA, M. O. Luta Antimanicomial, feminismos e interseccionalidades: notas para o debate. In: PEREIRA, M. O.; PASSOS, R. G. (orgs). **Luta antimanicomial e feminismos: discussões de gênero, raça, e classe para a reforma psiquiátrica brasileira**. Rio de Janeiro: Autobiografia, 2017. p. 25-51.

PASSOS, R. G.; FANON, F. Reforma Psiquiátrica e Luta Antimanicomial: o que escapou nesse processo? **Sociedade em Debate**, Pelotas, v. 25, n. 1, p. 74-88, 2019.

PEREIRA, Ingrid Gabrielle Santiago. *Vulnerabilidades, mercado de trabalho e saúde das mulheres transexuais e travestis: uma reflexão bioética*. 2024. 118 f. **Dissertação (Mestrado em Bioética) — Universidade de Brasília, Brasília, 2024.**

PIERRY, R. et al. Gênero e assistência psicossocial: perspectiva de usuárias sobre o CAPS-AD. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João del-Rei, v. 16, n. 3, p. 1–16, 2021. Disponível em: <https://www.seer.ufsj.edu.br/pepsicossociais/article/view/3885>. Acesso em: 22 jun. 2025.

PINTO, A. L. L. **Cuidado às mulheres em Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas: evidências científicas e influências das conjugalidades**. 2024. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59141/tde-26032024-081652/pt-br.php> Acesso em: 15 jun. 2025.

PIUCHI, V. F. A.; BARLETA, C.; REAL, J. M. Violência de gênero, viés social e drogas. **Revista de Enfermagem UFPE on line**, Recife, v. 14, n. 9, p. e243345,

2020. Disponível em:

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/243345>. Acesso em: 14 jun. 2025.

RAMOS, C. N.; GONZALES, Z. K. Interseccionalidade e Saúde Mental: Um olhar para a raça e gênero (no CAPS) pelos caminhos do pensamento descolonial. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 11 & 13th WOMEN'S WORLDS CONGRESS, 2017, Florianópolis. **Anais** [...] Florianópolis: [s. n.], 2017.

RODRIGUES, C. Atualidade do Conceito de Interseccionalidade para a Pesquisa e Prática Feminista no Brasil. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 10, 2013, Florianópolis. **Anais Eletrônicos** [...]. Florianópolis: [s. n.], 2013.

ROSA, L. L. C. S.; CAMPOS, R. T. O. Etnia e gênero como variáveis sombra na saúde mental. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 95, p. 574-585, dez. 2012. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/sdeb/a/PrGFpjNDD6qB97HKzxPmSPf/?lang=pt>.

ROTHER, E. T. Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta Paul Enferm.**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 1-2, 2007.

SANTOS, A. M. C. C. Articular saúde mental e relações de gênero: dar voz aos sujeitos silenciados. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, p. 1177-1182, ago. 2009. Disponível em:

<https://doi.org/10.1590/S1413-81232009000400023>. Acesso em: 2 abr. 2025.

SANTOS, C. F. dos; ROMANINI, M. A. (In)Visibilidade de Mulheres Usuárias de Álcool e Outras Drogas em um CAPS AD III. **PSI UNISC**, Santa Cruz do Sul, v. 3, n. 2, p. 84-100, jul./dez. 2019. Disponível em:

<https://doi.org/10.17058/psiunisc.v3i2.12972>. Acesso em: 2 abr. 2025.

SANTOS, Y. L. Q.; NAVARRO, V. L.; ELIAS, M. A. A precarização do trabalho e a saúde dos profissionais de um Centro de Atenção Psicossocial. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, v. 26, 2023. Disponível em:

<https://www.revistas.usp.br/cpst/article/view/207869>. Acesso em: 15 jun. 2025.

SARACENO, B. **Libertando Identidades: da reabilitação psicossocial à cidadania possível**. Tradução de Heloísa de Souza. [S.l.: s.n.], 1994.

SILVA, J. A.; SOUZA, M. B. A importância da metodologia na pesquisa científica.

**Revista Brasileira de Pesquisa**, [S. l.], v. 20, n. 2, p. 123-145, 2008. Disponível em:

<https://doi.org/10.1590/S0104-12902008000200009>.

SILVA, P. L. **Mulheres usuárias de substâncias psicoativas: barreiras de acessibilidade em um CAPS AD**. 2017. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/16246>. Acesso em: 22 jun. 2025.

SOARES, L. C. de S. **Trabalho doméstico e de cuidados e saúde mental durante a pandemia: perspectiva de mulheres inseridas em CAPS no DF**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) – Universidade de Brasília,

Brasília, 2022. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/42940>. Acesso em: 13 jun. 2025.

SOUSA, C. V. L. Saúde mental, comunicação e gênero: oficinas educativas e atenção psicossocial. In: SIMPÓSIO GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS, 6., 2020, Londrina. **Anais do VI Simpósio Gênero e Políticas Públicas** [Recurso eletrônico]. Londrina: [s. n.], 2020. v. 6. p. 754. Disponível em: <https://doi.org/10.5433/SGPP.2020v6.p754>. Acesso em: 2 abr. 2025.

SOUZA CUGLER, V. M.; FIGUEIREDO, M. A. Gênero e necessidades de saúde: A perspectiva das mulheres atendidas em um CAPS-AD. **Revista Brasileira de Saúde Mental**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 1–21, 2021. Disponível em: <https://www.rbsm.org.br/revista/article/view/681>. Acesso em: 22 jun. 2025.

TEIXEIRA, J. M. da S.; PAIVA, S. P. Violência contra a mulher e adoecimento mental: percepções e práticas de profissionais de saúde em um Centro de Atenção Psicossocial. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 2, e310214, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312021310214>. Acesso em: 2 abr. 2025.

TORRES, A. C. A. V.; LIMA, V. H. R. Desenhos que revelam o processo de adoecimento de mulheres usuárias de um CAPS-ad III. **Archives of Health**, Curitiba, v. 1, n. 5, p. 364–386, set./out. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.46919/archv1n5-020>. Acesso em: 2 abr. 2025.

ZANELLO, V.; FIUZA, G.; COSTA, H. S. Saúde mental e gênero: facetas gendradas do sofrimento psíquico. **Fractal: Revista de Psicologia**, Niterói, v. 27, n. 3, p. 238-246, set./dez. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1984-0292/1483>. Acesso em: 2 abr. 2025.